

PLANO V

CAPITAIS DE PREVIDÊNCIA, COM VALOR DE RESGATE

Regulamento

SECÇÃO I - DAS CONDIÇÕES DE ADMISSÃO DE PARTICIPANTES

Artigo 1º

Podem inscrever-se neste Plano todos os indivíduos que, nos termos do artigo 8º dos respectivos Estatutos, sejam Associados efectivos do MONAF.

SECÇÃO II - DA INSCRIÇÃO

Artigo 2º

- 1- A proposta de inscrição é individual, devendo o proponente preencher o formulário próprio, completa e correctamente.
- 2- Declarações falsas, erróneas ou incompletas, adulterando ou omitindo circunstâncias que possam influir na aceitação da proposta implicam a nulidade da inscrição, independentemente do procedimento disciplinar a que houver lugar em conformidade com o disposto na Secção III do Capítulo II dos Estatutos do MONAF.
- 3- O formulário da inscrição neste Plano deve ser acompanhado de questionário clínico do candidato, para apreciação médica.

Artigo 3º

- 1- O proponente é considerado inscrito como participante do Plano a partir do primeiro dia do mês de aceitação da proposta pela Direcção, completamente instruída nos termos deste Regulamento e da Secção I do capítulo II dos Estatutos do MONAF.
- 2- A inscrição no Plano e a manutenção desta inscrição constituem condições essenciais ao recebimento de qualquer benefício por ele assegurado.

Artigo 4º

- 1- Será cancelada a inscrição do Associado que:
 - a) Vier a falecer;
 - b) Requerer o cancelamento da sua inscrição;
 - c) Atrasar o pagamento de quotas nos termos do artigo 20º, n.º 1, alínea c), dos Estatutos do MONAF;
 - d) Prestar declarações falsas, erróneas ou incompletas na proposta de inscrição, de acordo com o previsto no artigo 2º, n.º 2, deste Regulamento.
- 2- A circunstância prevista na alínea c) do número anterior constitui o Associado em mora, com as consequências referidas no n.º 2 do artigo 20º dos Estatutos do MONAF.
- 3- O Associado que requerer o cancelamento da sua inscrição neste Plano, antes de decorridos três anos de contribuição, não terá direito à devolução de qualquer parcela das contribuições que houver pago, excepto no caso previsto no artigo 10º, n.º 2, deste Regulamento.

Artigo 5º

- 1- O Associado poderá inscrever-se várias vezes, em diferentes épocas, com prazos e valores de benefícios diferentes, prevalecendo separadamente, para cada inscrição, as condições estabelecidas neste Regulamento para os direitos e obrigações, como se fossem aplicadas a participantes distintos.
- 2- O valor máximo de inscrição no benefício, estabelecido neste Regulamento, não poderá, contudo ser ultrapassado pela soma dos valores do mesmo benefício nas várias inscrições previstas no número anterior.
- 3- O Associado poderá, igualmente, diminuir o montante da subscrição no benefício a que respeita este Regulamento, determinando-se a nova quota de acordo com as respectivas bases técnicas e tendo em conta, na totalidade, as provisões matemáticas constituídas.
- 4- Se o Associado se tiver inscrito várias vezes, a diminuição incide sobre a inscrição mais recente, sendo a respectiva data que conta para o cálculo da nova quota.

SECÇÃO III - DOS BENEFICIÁRIOS

Artigo 6º

- 1- Se o Associado estiver vivo no final do prazo por si estipulado, será o único beneficiário do capital subscrito.
- 2- No caso de falecimento do Associado, depois de ter contribuído para este Plano pelo menos durante dois anos completos mas antes de ter terminado o prazo de constituição do capital, este será entregue aos beneficiários por si indicados na proposta de inscrição.
- 3- Se o falecimento do Associado resultar de acidente, como tal reconhecido em termos de Seguro de Acidentes Pessoais, não existe o prazo de carência, referido no número anterior, pela concessão do benefício.

Artigo 7º

- 1- O beneficiário ou beneficiários deste Plano bem como a parcela que cabe a cada um, são de livre escolha do Associado, que a todo o tempo pode fazer alterações em relação a uns e outros, devendo as suas declarações ser precisas, claras e feitas segundo modelo de impresso do MONAF.
- 2- No caso de o Associado o desejar, podem as suas declarações constar de documento cerrado.
- 3- As declarações a que aludem os números precedentes devem constar de documento, datado, com a assinatura do Associado reconhecida notarialmente ou verificada pelos serviços competentes do MONAF através de documento idóneo – bilhete de identidade, cartão do cidadão ou passaporte.
- 4- Para todos os efeitos, as últimas declarações serão sempre revogatórias das anteriores na parte em que haja divergências.
- 5- Se, à data do falecimento do Associado, não existir algum dos beneficiários indicados, será a sua parte rateada pelos restantes, na proporção indicada para estes.

SECÇÃO IV - DO BENEFÍCIO

Artigo 8º

- 1- O benefício garantido por este Plano consiste no pagamento de uma só vez, de um capital, reajustável anualmente, durante o tempo de contribuição efectiva, em cada aniversário da admissão do Associado no Plano, segundo a variação percentual do Índice de Preços no Consumidor, Total, na forma em que seja publicado pelo INE, para o Continente, e referente ao último mês que esteja publicado à data daquele aniversário, salvo se a entidade competente ou a Assembleia Geral vier a estabelecer índice diferente.
- 2- O valor inicial do capital acabado de referir será o indicado na proposta pelo Associado na sua proposta de inscrição, situado entre os limites de **250,00 € e 125.000,00 €**.
- 3- Na proposta de inscrição o Associado estipulará, também, o prazo durante o qual pretende contribuir para a constituição do capital indicado.
- 4- O prazo escolhido será de 5, 10, 15, 20 ou 25 anos mas, adicionado à idade do sócio no momento de subscrição, não pode exceder 80 anos.

SECÇÃO V - DO RESGATE

Artigo 9º

- 1- O benefício de resgate consiste em garantir ao Associado que requerer o cancelamento da sua inscrição neste Plano de benefício após 3 (três) anos de contribuição, o recebimento, por uma só vez, da quantia correspondente a 80 (oitenta) por cento da provisão matemática que, neste Plano, tiver sido acumulada, para o requerente, até 31 de Dezembro do ano imediatamente anterior.
- 2- Para o prazo de carência antes referido admite-se, apenas, a excepção consagrada no artigo 10º, n.º 2 deste Regulamento.

SECÇÃO VI - DAS QUOTIZAÇÕES

Artigo 10º

- 1- O Associado contribuirá para o custeio do Plano mediante o pagamento de quotas mensais, a inicial referida ao primeiro dia do mês em que se verifique a admissão do Associado no Plano, e as demais no primeiro dia dos meses subsequentes.
- 2- No caso de o Associado entrar em gozo do benefício de Aposentadoria por Invalidez cessa o pagamento das suas contribuições para este Plano, e há lugar ao resgate, mesmo que não tenham decorrido, ainda, três anos de contribuição.
- 3- As quotas serão calculadas, para cada Associado, seguindo estudos actuariais cujos critérios foram aprovados pela entidade oficial competente, anexos a este Regulamento e sua parte integrante.

4- Os valores monetários das quotas mensais serão actualizados, anualmente, em cada aniversário da admissão do Associado no Plano, segundo a variação percentual do Índice de Preços no Consumidor, Total, na forma em que seja publicado pelo INE, para o Continente e referente ao último mês que esteja publicado à data daquele aniversário, salvo se a entidade competente ou a Assembleia Geral vier a estabelecer índice diferente.

Artigo 11º

O pagamento de qualquer benefício previsto neste Plano dependerá da prova de quitação das mensalidades devidas até à ocorrência do facto gerador do benefício e da apresentação dos documentos exigíveis em casos semelhantes, bem como da quitação dos empréstimos em que o Associado haja dado como garantia as suas Provisões Matemáticas.

Artigo 12º

Incumbe ao Associado a iniciativa do pagamento das suas quotas, nas datas do vencimento, nos termos dos artigos 64º e 65º dos Estatutos do MONAF e do Regulamento Interno sobre o pagamento dos Associados.

SECÇÃO VII - DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Artigo 13º

As matérias respeitantes ao destino das quotizações e ao objecto e modo de aplicação dos valores correspondentes a este Plano de Benefícios são regulados nos termos do Capítulo V dos Estatutos do MONAF.

Artigo 14º

Fazem parte integrante deste Regulamento os seguintes anexos:

- a) Tarifa de quotizações mensais;
- b) Fórmulas de determinação do valor do resgate.

PLANO V
Capitais de Previdência com valor de resgate
Quota mensal para 250 Euros de capital subscrito

U: Euros

Idade de admissão	Prazo do plano					
	5	8	10	15	20	25
18	4,07	2,51	1,99	1,29	0,95	0,74
19	4,07	2,51	1,99	1,29	0,95	0,74
20	4,07	2,51	1,99	1,29	0,95	0,74
21	4,07	2,51	1,99	1,29	0,95	0,74
22	4,07	2,51	1,99	1,29	0,95	0,74
23	4,07	2,51	1,99	1,29	0,95	0,75
24	4,07	2,51	1,99	1,30	0,95	0,75
25	4,07	2,51	1,99	1,30	0,95	0,75
26	4,07	2,51	1,99	1,30	0,95	0,75
27	4,07	2,51	1,99	1,30	0,95	0,75
28	4,07	2,51	1,99	1,30	0,95	0,75
29	4,07	2,51	1,99	1,30	0,96	0,75
30	4,07	2,51	1,99	1,30	0,96	0,75
31	4,07	2,51	1,99	1,30	0,96	0,76
32	4,07	2,51	1,99	1,30	0,96	0,76
33	4,07	2,51	1,99	1,30	0,96	0,76
34	4,07	2,51	1,99	1,31	0,96	0,76
35	4,07	2,51	1,99	1,31	0,97	0,77
36	4,07	2,51	2,00	1,31	0,97	0,77
37	4,07	2,52	2,00	1,31	0,97	0,77
38	4,07	2,52	2,00	1,31	0,97	0,77
39	4,07	2,52	2,00	1,32	0,98	0,78
40	4,07	2,52	2,00	1,32	0,98	0,78
41	4,07	2,52	2,00	1,32	0,98	0,79
42	4,07	2,52	2,01	1,32	0,99	0,79
43	4,07	2,52	2,01	1,33	0,99	0,79
44	4,08	2,53	2,01	1,33	0,99	0,80
45	4,08	2,53	2,01	1,33	1,00	0,80
46	4,08	2,53	2,02	1,34	1,00	0,81
47	4,08	2,53	2,02	1,34	1,01	0,82
48	4,08	2,54	2,02	1,34	1,01	0,82
49	4,08	2,54	2,03	1,35	1,02	0,83
50	4,08	2,54	2,03	1,35	1,02	0,84
51	4,08	2,54	2,03	1,36	1,03	0,84
52	4,08	2,55	2,04	1,36	1,04	0,85
53	4,08	2,55	2,04	1,37	1,04	0,86
54	4,08	2,55	2,04	1,37	1,05	0,87
55	4,09	2,55	2,05	1,38	1,06	0,88
56	4,09	2,56	2,05	1,39	1,07	
57	4,09	2,56	2,05	1,39	1,08	
58	4,09	2,56	2,06	1,40	1,09	
59	4,09	2,57	2,07	1,41	1,11	
60	4,10	2,58	2,07	1,42	1,12	
61	4,10	2,58	2,08	1,43		
62	4,10	2,59	2,09	1,45		
63	4,10	2,60	2,10	1,46		
64	4,11	2,60	2,11	1,48		
65	4,11	2,62	2,13	1,50		
66	4,11	2,62	2,14			
67	4,12	2,64	2,15			
68	4,13	2,65	2,17			
69	4,13	2,67	2,19			
70	4,14	2,68	2,22			
71	4,14	2,70				
72	4,15	2,73				
73	4,16					
74	4,17					
75	4,19					

Bases técnicas:

Tábua de mortalidade: INE 2010-2012 (Homens)

Taxa técnica de juro: 1%